

Tomando forma ANC P 3

ESTADO DE SAO PAULO

Até a meia-noite de hoje, provavelmente mais cedo, o deputado Bernardo Cabral entregará ao senador Afonso Arinos o esboço de projeto da nova Constituição, baseado nas sugestões feitas pelas oito comissões temáticas. O relator da Comissão de Sistematização não acrescentou nem modificou nada do que foi proposto, exceção a textos conflitantes ou redundantes, por ele recebidos. Essa fase é de compatibilização, devendo as questões polêmicas ser decididas pelo plenário, aí sim, com a participação da Comissão de Sistematização, única que resta em funcionamento na Assembléia Nacional Constituinte.

Tecnicamente, não dá para ter, por enquanto, certeza a propósito de nenhum dos pontos polêmicos da nova Carta, mas parece óbvio que, se determinados princípios vêm sendo mantidos desde as subcomissões, terminarão por prevalecer. Assim, o mandato dos presidentes da República, incluindo Sarney, deverá ser de cinco anos. A possibilidade de sua redução existe, mas torna-se cada vez mais improvável.

Bernardo Cabral dividirá a nova Constituição em seis títulos principais: 1) Dos Direitos e Liberdades Fundamentais; 2) Dos Fundamentos do Estado Brasileiro; 3) Da Organização do Estado; 4) Da Ordem Econômica e Social; 5) Da Defesa das Instituições; e 6) Da Educação, Família, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia.

Depois que for votado e aprovado até 15 de julho, com ou sem modificações, o texto agora preparado passará por quatro fases sucessivas, já então sob o comando do plenário. No primeiro debate entre os 559 constituintes, as alterações promovidas serão remetidas de volta à Comissão de Sistematização, para ganhar ordenação. De novo no plenário, o processo se repetirá, e, só então, o conjunto estará pronto para promulgação. Duvidas como o parlamentarismo ou o presidencialis-

mo, a duração da jornada de trabalho, a estabilidade, a estatização e a reserva de mercado serão, entre muitas outras, tiradas nas discussões e votações em plenário, capazes de estender-se por tempo indefinido.

A idéia do presidente Ulysses Guimarães é de ter tudo pronto na primeira quinzena de dezembro, mas garantir ninguém garante. Cada um dos deputados e senadores será livre para pedir votação em separado dos artigos que bem entender, e, mesmo detendo o poder de aceitar ou não o destaque, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte não poderá ficar contra as tendências gerais. Há, pois, muita água para passar sob a ponte. Quem disser que já tem o perfil da nova Constituição estará iludido.

Vai fracassar?

Preocupação, propriamente, não há no governo, diante das ameaças de greve geral feitas pelas centrais sindicais. Falta respaldo na massa trabalhadora, cuja maioria nem sabe das manobras preparatórias. O presidente Sarney tem recomendado a todos os ministros e assessores que não percam oportunidade de dialogar, seja com políticos, líderes sindicais, empresários, intelectuais e bispos. A palavra de ordem é o diálogo, chame-se pacto, entendimento ou sucedâneo. Com isso, julga o presidente estar oferecendo à opinião pública um antídoto contra essa e outras greves. A hora seria, para ele, da busca de soluções comuns para problemas comuns. Não admite que uma determinada classe, por mais numerosa ou poderosa que seja, dos assalariados aos empresários, pretenda ter resolvidas isoladamente suas questões.

De qualquer forma, mesmo diante de previsões referentes ao fracasso do movimento, ouve-se nos corredores do Palácio do Planalto que, seguro morreu de velho. Que o diga o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, menos preocupado, hoje, com o debate constitucional do que com movimentações ou projeções inusitadas.

26 JUN 1987